

VII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores aprova moção pela descriminalização do aborto (1993)

MOÇÃO PELA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

Esse é o tema da campanha deste ano da Rede Mundial das Mulheres para os Direitos Reprodutivos. O objetivo é contribuir para reduzir pela metade os casos de mortalidade materna. E não se pode falar em diminuir essas mortes sem falar em aborto.

A Organização Mundial da Saúde avalia que, em nosso país, são praticados 3 milhões de abortos por ano.

No Brasil e em muitos outros lugares onde o aborto é ilegal, a maioria das mulheres não pode pagar um aborto clandestino seguro. Muitas morrem ou ficam doentes por causa de abortos malfeitos.

Nós, mulheres petistas, consideramos inaceitável a morte ou sofrimento de uma única mulher que seja por causa do aborto ilegal. Por isso lutamos para que as mulheres tenham direito de decidir sobre o seu próprio corpo e para que o aborto seja encarado como uma questão de saúde pública.

A campanha internacional pelo direito ao aborto chega num momento oportuno. Neste ano, um grupo de juristas está trabalhando na revisão do código penal. O atual é de 1940 e trata o aborto como crime, prevendo pena de prisão para quem o pratica.

O aborto não pode ser considerado um crime. Não deve constar do código penal. A sua prática deve ser regulamentada nas mesmas leis que estabelecem as normas de funcionamento dos serviços públicos de saúde.

O aborto só deve ser considerado um crime quando for realizado sem o consentimento da mulher!

No processo de revisão constitucional, em 1987, o PT adotou como posição indicativa a defesa da garantia constitucional ao direito da prática do aborto, com assistência e amparo do Estado em todas as fases, “determinando a abertura de um processo de discussão no Partido sobre a questão do aborto”.

Avaliamos que esse deve ser o patamar mínimo de onde o PT deve partir para avançar as discussões e incorporar os aspectos centrais da luta feminista.

2

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo
Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

Este é o desafio: elaborar propostas que garantam o direito ao aborto, levar o debate para o conjunto do Partido e ampliar a discussão para a sociedade, a fim de que muitas mulheres e movimentos sociais incorporem essa luta.

Disponível na página 2 do [caderno de resoluções do VII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores](#)

3º Congresso Nacional do PT aprova moção pela descriminalização do aborto (2007)

Por um Brasil de mulheres e homens livres e iguais

O PT, através de sua secretaria defende e reafirma seu compromisso com políticas e ações, hoje incorporadas pelo governo federal, que representam as principais bandeiras de lutas dos movimentos de mulheres e feministas, e que são extremamente significativas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres:

- defesa do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, implementando, assim, um sistema nacional de políticas para as mulheres;
- defesa do Plano Nacional de Combate e Erradicação da Violência contra a Mulher e de todas as discriminações, como a orientação sexual, de raça/etnia, de idade, de religião, etc;
- defesa do Plano Nacional de Planejamento Familiar, contribuindo para a autonomia das mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade;
- defesa da autodeterminação das mulheres, da descriminalização do aborto e regulamentação do atendimento à todos os casos no serviço público evitando assim a gravidez não desejada e a morte de centenas de mulheres, na sua maioria pobres e negras, em decorrência do aborto clandestino e da falta de responsabilidade do Estado no atendimento adequado às mulheres que assim optarem;
- defesa do direito à creche e equipamentos sociais para que o trabalho doméstico seja assumido pelo conjunto da sociedade;
- defesa da ampliação do salário mínimo;
- defesa da construção de novas relações de trabalho e geração de renda, pautados pelos princípios da igualdade de oportunidades;
- defesa de medidas para ampliação e promoção da igualdade de raça/etnia;
- defesa do controle social da mídia, em especial, no que diz respeito à imagem da mulher veiculada nos diferentes veículos de comunicação;
- defesa da equiparação salarial para trabalho igual entre mulheres e homens.

Disponível na página 82 do [caderno de resoluções do 3º Congresso Nacional do PT](#)

6º Congresso Nacional do PT aprova moção pela descriminalização do aborto (2017)

Direitos das mulheres. Descriminalização do **aborto** e regulamentação de sua prática no serviço público de saúde. Garantia do direito ao pagamento de salário igual para trabalho igual. Extensão da licença-maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras.

3. A luta da classe trabalhadora nestes 37 anos de existência do PT foi capaz de obter muitas conquistas. No caso dos direitos das mulheres trabalhadoras, no Brasil, ainda são negados direitos democráticos elementares, como o direito ao **aborto**; e trabalhistas, prevalecendo a desigualdade salarial entre homens e mulheres nas mesmas funções. Apesar de algumas conquistas importantes no combate à violência contra a mulher, como a Lei Maria da Penha, há muito a ser conquistado.

4. Hoje, com o processo golpista que se instalou no país, a ofensiva para retroceder nos direitos trabalhistas ameaça em particular a mulher trabalhadora, que é duplamente oprimida na sociedade capitalista. O golpe representa também um recrudescimento dos aspectos mais reacionários da ideologia dominante como, por exemplo, a criminalização do **aborto**, a misoginia e o machismo, que se manifestam abertamente como expressão no terreno ideológico da opressão da mulher, que repousa, em última instância, nas relações de produção baseadas na propriedade privada dos grandes meios de produção. Por isso a questão da opressão da mulher está integrada à questão da luta de classe.

Disponível no [caderno de resoluções do 6º Congresso Nacional do PT](#)